

Carta de apresentação das Demonstrações Financeiras

Atendendo às determinações do Banco Central do Brasil, em especial a Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 e alterações introduzidas pela Resolução BCB nº 367, de 25 de janeiro de 2024, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da FF Administradora de Consórcios Ltda. relativas ao período findo em 30 de junho de 2026. O conjunto das demonstrações financeiras compreende os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração consolidada dos recursos de consórcios;
- Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

As referidas Demonstrações Financeiras e documentos acima citados estarão disponíveis em nosso endereço eletrônico: <https://www.ffconsorcios.com.br/> a partir de 28 de agosto de 2026.

A FF Administradora de Consórcios Ltda., declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

JULIO CESAR DAL
ZOTT:918191210
20

Assinado de forma
digital por JULIO CESAR
DAL ZOTT:91819121020
Dados: 2026.08.28
14:10:14 -0300'

Julio Cesar Dall Zott
Diretor Presidente

Paulo Eduardo Pereira
Contador – CRC 030018/O-3

Demonstrações Financeiras

FF Administradora de Consórcios Ltda.

**30 de junho de 2026
com Relatório dos Auditores Independentes.**



Relatório da Administração – 1º Semestre de 2026

Prezados Senhores,

A FF Administradora de Consórcio Ltda., CNPJ 62.534.158/0001-07 instituição constituída em 03 de setembro de 2025, com a denominação social FF Consórcios, tem por objeto social a administração de grupos de consórcios para a aquisição de bens móveis, imóveis e serviços.

Em 29 de agosto de 2025 foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estando desde então, plenamente habilitada nos termos da legislação vigente, a praticar todas as operações permitidas às administradoras de sua espécie.

A FF Consórcio é uma empresa integrante do conglomerado prudencial Grupo FF e informa que possui processo de contratação de Auditoria Independente, considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades.

Estamos trabalhando fortemente buscando a expansão da base de vendas e o fortalecimento da marca no mercado, capitaneados estrategicamente por meio de parceiros de negócios, projetos estruturados e revendas autorizadas, que passarão a integrar os produtos da Administradora em seus portfólios.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à vossa apreciação as nossas demonstrações financeiras do 1º semestre de 2026, findado em 30 de junho, que compreendem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, demonstração consolidadas das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios e a demonstração consolidadas dos recursos de consórcios, bem como as notas explicativas sobre as demonstrações financeiras e o relatório do auditor independente.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,

Cassiano Giacomel
Diretor de Operações

Julio Cesar Dal Zott
Diretor Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos sócios e diretores da **FF ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **FF Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora")**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026, e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Administradora** em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras". Somos independentes em relação à Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Administradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as Demonstrações Financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Administradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Administradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Financeiras ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Erechim - RS, 28 de agosto de 2026.

LUCIANA TODERO
PERIN:61358576068

Assinado de forma digital por
LUCIANA TODERO
PERIN:61358576068
Dados: 2026.08.28 15:44:30 -03'00'

Allianssa Auditores Associados S.S. Ltda.
CRC RS 004627/O – CVM 11.134
Luciana Todero Perin
CRC RS 068404/O-9

Balanco Patrimonial**30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Instrumentos financeiros		178	879
Títulos e valores mobiliários	4	178	879
Outros ativos		2	-
Permanente		53	10
Imobilizado	6	53	10
Total Ativo		233	889
Passivo			
Obrigações fiscais	7	38	1
Obrigações sociais e trabalhistas	8	62	53
Outros passivos		23	20
Total passivo		123	74
Patrimônio líquido	14		
Capital social		2.700	1.500
Prejuízos acumulados		(2.590)	(685)
Total do patrimônio líquido		110	815
Total passivo e patrimônio líquido		233	889

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado**30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receita da intermediação financeira		-	-
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.905)	-
Receita de prestação de serviços	9	755	-
Despesas administrativas	10	(2.080)	-
Despesas com pessoal	10	(464)	-
Despesas tributárias	10	(93)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	10	(23)	-
Resultado operacional		(1.905)	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		(1.905)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	11	-	-
Prejuízo líquido do período		(1.905)	-
Prejuízo líquido por ação		(0,29)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente**30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026	30/06/2025
Prejuízo líquido do período	(1.905)	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	(1.905)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	(-) Capital a integralizar		
Saldo em 31/12/2024 <i>(Não auditado)</i>	-	-	-	-
Integralização de capital	1.500	-	-	1.500
Prejuízo líquido do período	-	-	(685)	(685)
Saldo em 31/12/2025	1.500	-	(685)	815
Aumento de capital	5.000	(3.800)	-	1.200
Prejuízo líquido do período	-	-	(1.905)	(1.905)
Saldo em 30/06/2026	6.500	(3.800)	(2.590)	110

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

FF Administradora de Consórcios Ltda.**CNPJ: 62.534.158/0001-07**Avenida Sete de Setembro, 483, Sala 05J, Centro, CEP 99700-084
Erechim-RS

Demonstração do Fluxo de Caixa

30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do período	(1.905)	-
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais		
Juros empréstimos	54	-
Depreciação	3	-
(Aumento) Redução em ativos operacionais		
Outros ativos	(2)	-
Aumento (Redução) em passivos operacionais		
Obrigações fiscais	37	-
Obrigações sociais e trabalhistas	9	-
Outros passivos	3	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(1.855)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(46)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimentos	(46)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.200	-
Empréstimos captados	500	-
Pagamentos de empréstimos	(554)	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamento	1.200	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(701)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	879	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	178	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(701)	-

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração consolidada dos recursos de consórcios

30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante		8.830	226
Caixa e equivalentes de caixa		12	-
Aplicações financeiras	5	4.340	226
Direito junto a consorciados contemplados		4.478	-
Compensação		272.706	-
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		1.267	-
Contribuições devidas ao grupo		137.175	-
Valor dos bens ou serviços a contemplar		134.264	-
Total Ativo e compensação		281.536	226
Passivo			
Circulante		8.830	226
Obrigações com consorciados		4.282	226
Valores a repassar		43	-
Obrigações por contemplações a entregar		4.100	-
Recursos a devolver a consorciados		231	-
Recursos dos grupos		174	-
Compensação		272.706	-
Recursos mensais a receber de consorciados		1.267	-
Obrigações do grupo por contribuições		137.175	-
Bens ou serviços a contemplas		134.264	-
Total passivo e compensação		281.536	226

Demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos**30 de junho de 2026 e 2025**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Disponibilidades no início do período	226	-
Aplicações financeiras do grupo	226	-
(+) Recursos coletados	5.661	-
Contribuições para aquisição de bens	4.763	-
Taxa de administração	721	-
Contribuições ao fundo de reserva	105	-
Rendimentos de aplicações financeiras	58	-
Multas e juros moratórios	2	-
Prêmios de seguros	12	-
(-) Recursos utilizados	(1.535)	-
Aquisição de bens	(779)	-
Taxa de administração	(755)	-
Devolução a consorciados desligados	(1)	-
Disponibilidades do final do período	4.352	-
Depósitos bancários	12	-
Aplicações financeiras do grupo	240	-
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	4.100	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **FF Administradora de Consórcios Ltda.**, (“Administradora”) foi constituída em 30 de janeiro de 2025, sob o CNPJ: 62.534.158/0001-07 e teve seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, sub nº 43.211.472.099 em 03 de setembro de 2025. A Administradora tem sua sede na Avenida Sete de Setembro, 483, Sala 05J, Centro, Erechim – RS, CEP 99700-084.

A Administradora teve seu funcionamento aprovado pelo Banco Central do Brasil em 25 de agosto de 2025, conforme publicado no Diário Oficial da União Edição nº 163 de 28 de agosto de 2025. Em tem como objetivo social a administração de grupos de consórcios.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nas disposições com observância às normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”), específicas para as administradoras de consórcios e estão apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições Financeiras – COSIF e práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Legislação Societária nº 6.404/76, levando em consideração as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as respectivas Bacen introduzidas pela Lei nº 11.941/09, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen até o momento e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen.

As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos, que estão sendo apresentadas para o período findo em 30 de junho de 2026.

3. Principais critérios contábeis adotados

a) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Para determinar o modelo de negócios, a Administradora avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros da Administradora são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortização (CA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é coletar os respectivos fluxos de caixa contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os fluxos de caixa contratuais possuem característica de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” e o objetivo do modelo de negócios é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios.
- Valor justo por meio de resultado (JVR): ativos que não atendam aos critérios de classificação das categorias anteriores. Estão relacionados, de forma geral, aos ativos financeiros cujos fluxos de caixa contratuais não possuem características de “somente pagamento de principal e juros sobre o valor do principal” ou quando o modelo de negócios possui o objetivo de realizar fluxos de caixa por meio da venda dos ativos.

b) Moeda funcional de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Administradora, bem como a moeda de apresentação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c) Títulos e valores mobiliários

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Imobilizado

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Administradora ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à Administradora os benefícios, riscos e controles desses bens. São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada e da provisão para perdas (*impairment*), quando aplicável.

A depreciação dos ativos imobilizado é calculada pelo método linear, que considera a vida útil dos bens estimada em sua utilidade econômica.

e) Grupos de consórcios – Recursos coletados

Representam os recursos coletados dos consorciados pelos grupos e os rendimentos deles decorrentes. O valor da contribuição mensal para aquisição de bens recebidos dos participantes dos grupos é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido substancialmente da taxa de administração, fundo de reserva e dos prêmios de seguro.

f) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução BCB 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Imposto de renda e contribuição social

A Administradora é optante pelo regime de tributação do lucro real. O imposto de renda é obtido através da alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) anual. A contribuição Social foi calculado sobre o lucro ajustado antes do Impostos de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

h) Reforma tributária sobre o consumo

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que integra a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e institui a Reforma Tributária sobre o Consumo. A norma criou o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), promovendo mudanças relevantes na tributação do consumo de bens e serviços no país.

Posteriormente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026, que dispõe sobre a criação do Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e estabelece regras para a administração, arrecadação, fiscalização e distribuição da receita do imposto. A lei também definiu as alíquotas aplicáveis ao IBS/CBS para serviços financeiros no período de transição entre 2027 e 2033, com aumento gradual, bem como a redução progressiva das alíquotas atualmente incidentes sobre serviços sujeitos ao ISS.

A Administração permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a publicação das normas e regras gerais complementares pela Receita Federal e Comitê Gestor do IBS, as quais serão necessárias para a plena implementação do novo modelo tributário. Até o momento não é possível mensurar, de forma precisa, os impactos decorrentes dessas mudanças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Títulos e valores mobiliários - Administradora

Os valores de títulos e valores mobiliários estão aplicados em Títulos de Renda Fixa - CDB

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos de renda fixa - CDB	178	879
Títulos e valores mobiliários	178	879

Os Títulos de Renda Fixa são de baixo risco e alta liquidez. Esses fundos apresentam uma remuneração média vinculada a 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e são mantidas como investimentos em virtude da estratégia de fluxo de caixa da Instituição.

5. Aplicações financeiras – Grupos de Consórcios

Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações do Banco Central do Brasil. O rendimento dessas aplicações é incorporado ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração.

	30/06/2026	31/12/2025
Títulos de renda fixa - CDB	4.340	226
Títulos e valores mobiliários	4.340	226

6. Imobilizado

O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Não foram evidenciadas perdas no período, desta forma não se aplica a redução ao valor recuperável (*Impairment*). A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base na vida útil. O ativo imobilizado apresentou a seguinte movimentação:

	Móveis e utensílios	Equipamento de process. de dados	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2024 (Não auditado)	-	-	-
Adições	3	7	10
Saldo em 31/12/2025	3	7	10
Adições	31	15	46
Saldo em 30/06/2026	34	22	56
Depreciação			
Saldo em 31/12/2024 (Não auditado)	-	-	-
Adições	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	-	-	-
Adições	(1)	(2)	(3)
Saldo em 30/06/2026	(1)	(2)	(3)
Valor residual			
Saldo em 31/12/2024 (Não auditado)	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	3	7	10
Saldo em 30/06/2026	33	20	53

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Obrigações fiscais

Os valores na data do encerramento do exercício apresentavam a seguinte configuração:

	30/06/2026	31/12/2025
Pis e Cofins a pagar	27	-
ISS a pagar	9	-
Outros impostos a pagar	2	1
Obrigações fiscais	38	1
Circulante	38	1
Não circulante	-	-

8. Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores na data do encerramento do exercício apresentavam a seguinte configuração:

	30/06/2026	31/12/2025
Salários a pagar	22	29
Encargos sobre salários	11	14
Obrigações de reconhecimento mensal	29	10
Obrigações sociais e trabalhistas	62	53
Circulante	62	53
Não circulante	-	-

9. Receita de prestação de serviços

Refere-se a taxa de administração cobrada dos participantes dos grupos de consórcios, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens.

	30/06/2026	30/06/2025
Taxas de administração	598	-
Taxas de administração <i>intercompany</i> (Nota 13)	157	-
Receita de prestação de serviços	755	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Custos, despesas e receitas ou função e natureza

Abaixo apresentamos a abertura por função e natureza dos custos e as despesas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	30/06/2026	30/06/2025
Por função	(2.660)	-
Despesas administrativas	(2.080)	-
Despesas com pessoal	(464)	-
Despesas tributárias	(93)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(23)	-
Por natureza	(2.660)	-
Comissões	(1.030)	-
Outras despesas operacionais	(740)	-
Despesas com pessoal	(464)	-
Serviços de terceiros	(96)	-
Pis, Cofins e ISS	(92)	-
Aluguéis e locações	(78)	-
Propaganda e publicidade	(73)	-
Processamento de dados	(40)	-
Viagens	(38)	-
Despesas com gravames	(6)	-
Depreciação	(3)	-

11. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável. A provisão para o imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no período de apuração.

A Administradora é optante pelo regime de tributação do Lucro Real. No primeiro semestre de 2026 e no exercício de 2025, não foi apurado lucro tributável, razão pela qual não houve incidência de impostos.

12. Contingências

Até a data de emissão das demonstrações financeiras a Administradora não possuía participação em processos judiciais e/ou administrativos que apresentassem necessidade de divulgação, constituição de provisionamento contábil ou registro de passivo contingente, conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes / IAS 37 *Provisions, contingent liabilities and contingent assets*.

13. Partes relacionadas

As operações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Distribuídos nas seguintes rubricas	Demonstração do resultado			
	30/06/2026		30/06/2025	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Taxas de administração (Nota 9)	157	-	-	-
Total	157	-	-	-

FF Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ: 62.534.158/0001-07

Avenida Sete de Setembro, 483, Sala 05J, Centro, CEP 99700-084
Erechim-RS

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Distribuídos nas seguintes partes relacionadas	Demonstração do resultado			
	30/06/2026		30/06/2025	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
VDA - Logística e Transportes S.A.	68	-	-	-
Vidal Logística e Transportes S.A.	65	-	-	-
Partes relacionadas pessoas físicas	24	-	-	-
Total	157	-	-	-

14. Patrimônio líquido

Capital social

O Capital Social da Administradora em 30 de junho de 2026 era de R\$ 6.500 (seis milhões e quinhentos mil reais), sendo R\$ 2.700 (dois milhões e setecentos mil reais) subscritos e integralizados e R\$ 3.800 (três milhões e oitocentos mil reais) subscritos e a integralizar até 31 de dezembro de 2026, divididos em 6.500.000 (seis milhões e quinhentos mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.500 (um milhão e quinhentos mil reais), divididos em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em 05 de maio de 2026 foi protocolado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul o aumento de capital da Administradora, no montante de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais). O referido aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 14 de abril de 2026.

Prejuízos acumulados

Composto pelos lucros ou prejuízos acumulados, em 30 de junho de 2026 os prejuízos acumulados totalizavam R\$ 2.590 (dois milhões e quinhentos e noventa mil reais), R\$ 685 (seiscentos e oitenta e cinco mil reais) em 31 de dezembro de 2025.

15. Estrutura de gerenciamento de risco

A Administradora adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados. A Administradora possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas e fim de avaliar os resultados e o impactos financeiros no fluxo de caixa.

Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área de riscos da Administradora mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, a Administradora utiliza para risco operacional a abordagem padronizada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

30 de junho de 2026 e 2025

Exceto balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira da Administradora honrar suas obrigações. A área responsável diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Administradora, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Administradora decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Administradora adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter os níveis de exposições em acordo com os desejados.

Gestão de capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela Administradora, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da Administradora, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

Em 3 de novembro de 2025, foi publicada a Resolução Conjunta nº 14, que dispõe sobre a metodologia de apuração dos limites mínimos de capital social integralizado e de patrimônio líquido das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Administradora encontra-se em processo de adequação para atendimento aos limites mínimos estabelecidos, dentro dos prazos regulamentares previstos.